

## DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA POLÍTICA E AS DESIGUALDADES: ALGO POSSÍVEL?

*Democracy, Sustainable Development, Political Ecology and its Inequalities:  
Something Possible?*

*Leon Mclouis Borges de Lucas<sup>1</sup>, Lígia Poliana de Oliveira<sup>2</sup>, Gesilaine de Jesus Aguiar Costa<sup>3</sup> e Kethelyn Veleza Lucas<sup>4</sup>*

### RESUMO

O presente ensaio tem o propósito de realizar breve discussão, envolvendo ecologia política, noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a partir do papel das instituições democráticas no desenvolvimento de políticas para o campo social, econômico e ambiental por meio das ações do Estado, através das políticas públicas. A metodologia empregada é qualitativa e de revisão bibliográfica. Em termos de resultados, este ensaio apresenta a ecologia política como uma alternativa mediadora das questões ambientais emergentes, permeada por políticas públicas.

**Palavras-chave:** Democracia; Estado; Ecologia Política; Desenvolvimento Sustentável.

### BREVE ENSAIO E CONSIDERAÇÕES

O campo da democracia e o desenvolvimento sustentável mostram-se como constituintes do que chamamos de sociedade moderna. Vale notar que as mudanças não se dão, apenas, nos campos social e político, mas, também, no campo econômico, que culminaram com a preocupação dos Estados relativa à preservação dos recursos ambientais e à dignidade humana. A implementação das práticas do desenvolvimento sustentável (sustentabilidade econômica, ambiental e social) nos Estados Nacionais, decorreram das inúmeras Conferências promovidas nos últimos 50, 60 anos.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel).

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel).

<sup>3</sup> Graduada no curso de Bacharelado em Administração pela FUNORTE.

<sup>4</sup> Graduanda no curso de Bacharelado em Psicologia pela Faculdade Anhanguera de Pelotas.

Um aspecto que este ensaio abordará será o trato sobre a ecologia radical, bem como a sustentabilidade, que apresenta diversas visões capazes de se moldarem ao longo do tempo “em sintonia com a dinâmica social, econômica e política, que circunscreve as relações entre a sociedade e a natureza” (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p. 48). A primeira perspectiva, chamada ecologia radical, demonstra a separação clara entre a preservação da natureza e o desenvolvimento econômico. A segunda será o ambientalismo moderado, que busca encontrar um equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais e, por último, a abordagem da ecologia política.

A ecologia política contextualiza que a sustentabilidade surge da urgência em se coordenar a sociedade com a natureza, em prol de promover “justiça social, empoderamento e governança” (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p.49). Assim, apesar de nem sempre inclusa nos documentos formais, a questão territorial está, também, atrelada ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com Sachs (2000), o aspecto territorial, que cabe ao ambientalismo moderado, poderá ser caracterizado como uma sustentabilidade espacial constituída por “um ordenamento territorial mais equilibrado, por meio de uma melhor distribuição no território dos assentamentos humanos e das atividades econômicas” (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p.63). Nessa visão, propõe-se uma divisão rural/urbana mais adequada, a promoção de atividades agrícolas e a exploração de florestas de maneira sustentável e, mais, a redução da destruição de ecossistemas em perigo.

Por outro lado, a ecologia política apresenta a noção de território imerso nas “relações de poder dos atores sociais e das suas práticas socioespaciais, em diferentes escalas geográficas” (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p. 74). Os autores afirmam que os recursos naturais são escassos e utilizados por atores sociais que possuem diferentes níveis de poder, nos quais geram conflitos socioambientais. Na perspectiva de ocupação humana no espaço, ou seja, do território, está mais direcionada ao campo político do que no campo ecológico. Sendo assim, cabe dizer que o homem, ao ocupar o espaço como uma prática de poder, exerce sua territorialidade.

A luz da ecologia política, os grupos sociais com maior poder aquisitivo e político possuem mais acesso aos recursos naturais e, portanto, têm maior chance de serem responsáveis pela degradação ambiental. Os grupos sociais menos favorecidos, por sua vez, possuem menor acesso aos recursos naturais e, geralmente, são mais atingidos pela degradação ambiental. Portanto, nesse sentido, surge a emergência de problemas específicos como, por exemplo:

[...] a depredação dos recursos naturais (limites naturais de reprodução da matéria); a geração de resíduos (limites naturais de reciclagem); e problemas relacionados à pressão de

uma superpopulação sobre o ambiente (limite para o abastecimento de alimentos e outros recursos). Estas temáticas têm, como fio condutor, a noção de “equilíbrio” (ainda que um “equilíbrio dinâmico”) e de “limites físicos” da natureza, confrontados com uma “industrialização excessiva” (Matias; Matias, 2009, p. 213-214).

Dessa forma, para a ecologia política, a questão territorial dá-se no contexto político, como um cenário em que estão inseridos os atores sociais e suas relações do poder. Ademais, é onde se desenvolvem cadeias produtivas em que, de um lado, se consome os recursos e, de outro, se produz um novo espaço, agora modificado, a chamada socionatureza (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009).

A ecologia política entende o território como “palco dos conflitos socioambientais, que refletem não apenas o modelo cultural e econômico vigente, mas também a correlação de forças preponderantes na sociedade” (Jatobá; Cidade; Vargas, 2009, p. 77). Assim, segundo os autores, faz-se necessária uma análise em diferentes escalas geográficas, como forma de entender os diferentes pontos de vista sobre a questão ambiental, dependendo da sua abrangência territorial (internacional, nacional, regional ou local).

Ainda, segundo Segala e Gregori (2019), a questão da ecologia política está envolta pela noção contemporânea da necessidade de preservação dos recursos ambientais, o que outrora não era primordial. A degradação é entendida, no contexto da economia, como algo que ocorre, necessariamente, sem solução.

Em síntese, as ecologias, mencionadas no presente estudo, referem-se sobre o(s) desenvolvimento(s) e as questões que envolvem a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade econômica e a questão social, especialmente deve-se destacar a crítica – especialmente marxista – sobre o aspecto da desigualdade social referente a um desenvolvimento sustentável possível.

Em termos de finalização, para a existência de um desenvolvimento sustentável, este breve ensaio aponta a necessidade de que se enxergue, criticamente, a desigualdade social, como ente do que se espera como fator constituinte da sustentabilidade total.

## REFERÊNCIAS

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Gloria Maria. “Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia política: Diferentes visões da sustentabilidade e do território”. **Sociedade e Estado**. v.24. n.1, p. 47-87. jan/dez. 2009.

MATIAS, Iraldo Alberto Alves; MATIAS, Rui Carlos Alves. “Crise Ambiental” e Sustentabilidade: princípios para uma crítica à ecologia política”. **Cadernos CEMARX**, n. 5, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEGALA, Michele Machado. “O Papel da Ecologia Política na Aproximação entre Desenvolvimento e Sustentabilidade: um olhar a partir do redesenhar da função da propriedade intelectual e o incentivo às tecnologias verdes”. **Direito e Desenvolvimento**. v. 10, n. 1, p.202-216. jan./jun. 2019.